

Editorial 37 – Ambiente de negócios

Por: Agostinho Mateus

Nesse pequeno texto abordamos alguns dos aspectos do nosso ambiente de negócios, começando por aquele que é determinante para a existência de uma economia capitalista: **O Capital**.

Sabe-se que não há capital! Sabe-se que é preciso criar capital! Mas continua-se a manter a riqueza estagnada!

Não se está a transformar a riqueza em capital nem por via da titularidade dos terrenos e das casas, nem por via do mercado financeiro simples, nem por via da formalização dos negócios informais, nem por qualquer outra forma.

Grande parte da riqueza do país está concentrada na propriedade imobiliária e fundiária. Logo, a titularidade dessa riqueza daria aos proprietários/titulares a possibilidade da sua transformação em capital, influenciando positivamente o mercado imobiliário, o crédito e toda a economia, pois constituiria um elevado acréscimo da liquidez e mobilidade da riqueza.

Embora pareça haver um entendimento claro sobre a importância de um mercado de capitais na melhoria do ambiente de negócios e o mercado de capitais angolano existir há mais de uma década, continua a transaccionar essencialmente títulos de dívida pública, tornando-se apenas num meio de financiamento do próprio Estado.

O início da cotação de acções está agora adiado, aparentemente já não para o início, mas para meados de 2022, e muito pouco se sabe, ao certo, sobre o assunto. A BODIVA publicou recentemente uma proposta de requisitos para criação de um segmento para o enquadramento das PME, mas, para já, é apenas mais um programa sem objectivos e prazos.

A formalização dos negócios informais continua a não se efectivar. Parece haver um movimento no sentido do cadastramento fiscal e da inserção de trabalhadores informais no programa de protecção social obrigatória. Para já, parece mais um programa de aumento da receita fiscal do Estado, não se conhecendo sequer as métricas para que se possa avaliar a sua eficácia.

O número de negócios não parece estar a aumentar. Embora não haja dados sobre o encerramento efectivo da actividade, a percentagem das empresas criadas que iniciou actividade tem vindo a decrescer, de acordo com os dados do INE, de 30% para 20%.

Dentre as várias causas para esta inactividade a mais importante é, seguramente, o conjunto extenso de regras confusas, contraditórias, dispersas, não cumpridas e constantemente alteradas.

Nesse sentido o programa Simplifica mostra-se oportuno e poderá vir a constituir um importante factor de melhoria, embora esteja ainda demasiado vocacionado para os procedimentos e não para as normas que regem a actividade. Assiste-se ainda a uma

contra-ofensiva burocrática, visando proteger os interesses instalados, que tem anulado efectivamente, até agora, os benefícios do programa.

A **liberdade** efectiva de comércio retrocedeu com a pandemia. Com o fim da cerca sanitária a Luanda, os entraves à circulação reduziram-se, mas continua a ser extremamente difícil exercer a actividade de camionista e comerciante fora das cidades. A solução desta situação, que constitui o principal entrave ao crescimento da produção agrícola, é uma prioridade.

Quanto a **infraestruturas**, os eixos rodoviários mais importantes continuam a não funcionar plenamente, causando atrasos, desastres e danificação do material: como a manutenção é deficiente, ora se arranja um troço, ora se estraga outro e as vias não funcionam perfeitamente, concorrendo para o aumento da inflação e a falta de competitividade nacional.

A promoção recente da actividade dos camionistas foi feita, quase exclusivamente, através de um concurso de compra e entrega de meios rolantes, como que atirando dinheiro para cima do problema, em vez de o resolver: estado das vias, controlos e interferência das autoridades locais sobre o direito de livre estabelecimento dos comerciantes.

Quanto à concorrência, o DP 23/19, que limita e condiciona as importações, continua em vigor, reduzindo administrativamente a concorrência e a oferta ao consumo, provocando escassez e inflação; uma inflação totalmente artificial que podia ser evitada!

O nível de **crédito à produção** declina. Continua a confundir-se o PRODESI, que é um programa interessante, com a função do Estado de crescimento do produto, entre outros, através da promoção do crédito. A produção e o crédito no âmbito do PRODESI crescem; mas a produção interna de bens finais e o crédito à produção ainda não conseguiram recuperar para os níveis de 2019!

Quanto aos **níveis de confiança**, a falta de qualquer indicação de uma melhoria da qualidade e rapidez das decisões sobre conflitos económicos., mantém os níveis de confiança extremamente baixos.

A **nível do conhecimento** não se podem esperar mudanças em tão pouco tempo. No entanto, o ano lectivo passado culminou um ano lectivo confuso e de retrocesso geral. O novo ano lectivo começou com a preocupação quase única de gerir os episódios de Covid nas escolas, não deixando muito espaço para outras preocupações. Teremos, provavelmente, mais um ano de estagnação ou retrocesso.

Continua a não haver qualquer debate ou sequer a publicação de dados estatísticos sobre a taxa de **natalidade**. Necessitamos de saber o que se está a passar e de reduzir o exército de desempregados sem qualificações que a elevada taxa de natalidade está a agravar!

Concernente à **legalidade** e estabilidade, há sinais mistos quanto à defesa do primado da Lei e à criação de estabilidade na regulação da actividade.

O episódio do encerramento das estações de TV por não estarem legalizadas, após terem funcionado durante anos, é um exemplo disso. Na busca da defesa da legalidade pode-se ter acabado por dizer aos potenciais investidores: não invistam sem estudarem muito bem o complexo sistema das nossas normas; a cada momento podemos ressuscitar uma norma adormecida e vocês perdem o vosso negócio!

Quanto a **segurança** também são mistos os sinais relativos à desmilitarização da segurança pública, com melhorias no relacionamento no casco urbano de Luanda, mas sem melhorias visíveis no interior do país e nos bairros da capital. Apesar da melhoria em Luanda, continuamos a observar quotidianamente mais acções de inspecção a quem está a trabalhar (taxistas, camionistas, etc.) do que acções de combate ao banditismo. Em contraste, os dados sobre a criminalidade não mostraram melhorias, tendo-se mesmo agravado com o aumento da miséria.

As empresas nem pensam em começar a pensar em prescindir dos serviços de segurança privados.

A **reforma económica do Estado** tem-se limitado ao aumentar da receita e ao reduzir da despesa o mais possível!

Não há uma clara estratégia para a transição de um orçamento dependente do petróleo para um orçamento dependente dos impostos: a distribuição da receita por tipo de imposto; a distribuição da despesa por função; a clarificação dos serviços a prestar pelo Estado; os meios necessários para a sua efectivação; o seu custo e como a despesa será paga com os impostos que desejamos

O combate à **grande corrupção** tem registado progressos, sendo hoje claro que os cargos governamentais, pelo menos até ao nível de secretário provincial, não conferem qualquer imunidade. Neste particular, parabéns! Contudo, seria necessário que a PGR estendesse a sua acção às pessoas cujo nível de riqueza não é compatível com as remunerações auferidas durante todo o seu percurso profissional.

É sobretudo necessário que a transparência aumente: que as adjudicações directas se tornem a excepção; que em todas as adjudicações, directas ou por concurso, sejam publicitadas as condições do negócio; que se reduza o nível de discrepâncias na conta externa e que a execução orçamental não tenha zonas cinzentas, percebendo-se para onde vai a dívida contratada.

Quanto à **pequena corrupção**, esta tem vindo a piorar.

As chefias locais dos serviços não são activas na exigência de elevados padrões de produtividade, o que deixa espaço aos maus funcionários para criarem entraves e sistemas de favores que, até hoje, têm conseguido deixar a milhas os poucos sistemas de controlo e simplificação que foram implementados. Sem o reforço do sistema de controlo sobre a execução das tarefas dos funcionários públicos, todos os esforços de simplificação e desburocratização serão, efectivamente, boicotados!

Luanda, 11 de Outubro de 2021